

Desafios para Marcílio no Congresso: salário mínimo e reajuste do funcionalismo.

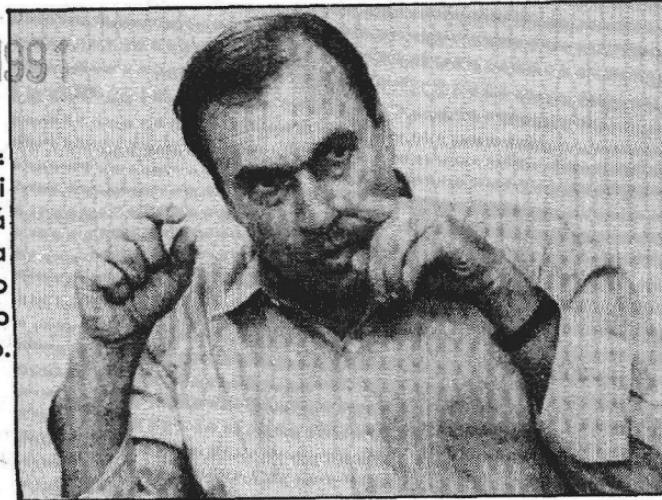
Dois desafios aguardam o novo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, na negociação política que terá de manter com o Congresso: a definição de um novo sistema de reajuste para o salário mínimo e a questão do aumento salarial para os servidores civis e militares. A ex-ministra Zélia Cardoso de Mello deixou de herança uma política salarial para o setor privado que durará até agosto, um projeto de lei propondo reajustes semestrais para o salário mínimo e uma nova política de rendas para os servidores públicos civis e militares.

Ontem, o deputado César Maia (PMDB-RJ) defendeu uma antecipação da discussão sobre política salarial no Congresso, pois acredita que "a indexação dos salários será inevitável." Maia argumenta que a lei salarial em vigor terá que ser

César Maia:
a atual lei
salarial terá
de ser mudada
até agosto
por pressão
da inflação.

14 MAI 1991

JORNAL DA TARDE



Tatiana Constant/AE — 26.04.61

mudada até agosto quando, segundo acredita, a inflação vai estar maior do que a de hoje, e, consequentemente, a demanda por mudanças salariais será consideravelmente mais forte.

O projeto de lei sobre o salário mínimo chegou ao Legislativo no mês passado e tramita pe-

la Comissão de Constituição e Justiça, mas ainda aguarda a escolha de um relator. O assunto é polêmico e divide os parlamentares, que já manifestaram a vontade de aumentar os índices fixados no projeto. Pela proposta do governo, o salário mínimo terá reajustes semestrais nos me-

ses de setembro e março pela variação do índice da cesta básica. O salário mínimo terá ainda um aumento real de 5% nos meses de dezembro e junho e uma correção automática a cada três meses sempre que o índice da cesta básica superar 30% no trimestre. Em setembro, todos os abonos que vêm sendo concedidos ao salário mínimo pela Lei 8.178 serão incorporados ao seu valor e somente em março de 1992 ocorrerá o primeiro reajuste pelo índice da cesta básica.

O projeto de lei que dispõe sobre a política salarial dos servidores públicos civis e militares é uma das últimas propostas formuladas por Zélia. O projeto pretende compatibilizar as despesas de pessoal com as disponibilidades do Tesouro e propõe, de imediato, reajustes escalonados que dão, em média, 20% e 27% para civis e militares.